

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL - 05/09/2010 - TARDE - EDITAL 01/2010

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nº DE INSCRIÇÃO _____

Prezado Candidato, leia atentamente as instruções a seguir:

- 1. Coloque o seu número de inscrição na capa da prova;*
- 2. Assine o cartão resposta no verso;*
- 3. A prova terá 3 (três) horas de duração;*
- 4. O candidato somente poderá se retirar da sala, após 1 (uma) hora do início da prova;*
- 5. Use caneta esferográfica azul ou preta;*
- 6. Cada questão possui somente uma resposta correta;*
- 7. Você poderá responder no caderno de prova, utilizando-o como rascunho se necessário, mas, deverá assinalar no cartão resposta que acompanha o mesmo;*
- 8. Não serão permitidas consultas de espécie alguma durante a aplicação da prova;*
- 9. A prova conterà trinta questões de múltipla escolha, avaliadas na escala de 00 a 100;*
- 10. A resposta assinalada no cartão resposta não poderá apresentar dúvidas e/ou rasuras, nesse caso será anulada a questão;*
- 11. Ao terminar a prova, o candidato entregará obrigatoriamente ao fiscal de sala todo o material recebido no início da prova;*
- 12. Tenha calma para não prejudicar seu desempenho.*

Boa Prova!

“Transporta o Céu para o chão”

Era um mendigo seresteiro, um misto de coitado e boêmio, que bebeu um pouco mais e ficou alegre. Ora, a alegria de um mendigo resume-se num canto romântico misturado aos palavrões da revolta, único lenitivo para suas amarguras. Os mendigos, em geral, não dizem palavrão, porque vivem da caridade pública. Mas este, de Salvador, de São Salvador, Bahia, tinha bebido umas e outras, talvez com outros humildes como ele, no Cais dos Saveiros, talvez numa tendinha da beira da praia. Isto não ficou esclarecido.

Sabia-se apenas que era um mendigo que – de repente – virou seresteiro e saiu cantando pelas ruas de Salvador, subindo e descendo suas ladeiras, momentaneamente alegre:

– “A Deusa /da minha rua / tem uns olhos onde a Lua / costuma se embriagar” – cantava ele.

Depois parava, meditava sobre o que cantara, sorria e dizia o seu sonoro e honesto palavrão: - Quem costuma se embriagar sou eu, ora... – e arrematava com o palavrão. E lá ia cantando:

– “Nos seus olhos eu suponho / que o sol / num doirado sonho / vai claridade buscar”.

Cantando. O mendigo chegou a uma praça e parou encantado em frente a uma casa. Era uma casa muito grande, parecia um palácio e todo bêbado é um rei. Ele deve ter imaginado uma seresta para sua rainha e cantou:

– “Na rua / numa poça d’água / espelho da minha mágoa / transporta o Céu para o chão”.

Outra vez sorriu e outra vez praguejou seus palavrões. Foi então que um homem, vivendo ali seus dias e suas noites, _____ das _____ do mundo, sem mais um resto de temperança, de compreensão, achou que o mendigo estava lhe faltando com o respeito e chamou a Polícia.

Pombas! A Polícia. Esta mesmo é que não ia compreender nunca o sonho do mendigo-rei. Chegou e tentou agarrá-lo à força.

– Assim não – gritou o intrépido monarca: - Assim não.

Mas o policial insistiu e deu-lhe um tranco. O rei foi magnífico na sua dignidade, esfregando um bofetão certo e merecido nas fuças do policial. Um companheiro do esbofetado sacou da arma e fez fogo. Morreu o rei, morreu o seresteiro, morreu o mendigo.

Caiu desfalecido na calçada, veio-lhe uma estranha impressão e ele morreu: “Na rua / uma poça d’água / transporta o Céu para o chão” – cantara ele ainda _____.

Stanislaw Ponte Preta. *O homem ao lado*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1958, p. 49.

01 - Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do texto:

- a) isolado – miséria – a pouco.
- b) isolado – miséria – há pouco.
- c) isolado – mizéria – há pouco.
- d) isolado – mizéria – a pouco.

02 - Analise as afirmativas referentes ao texto:

I – A alegria do mendigo resumia num canto romântico misturado aos palavrões da revolta.

II – Segundo o autor, mendigos não costumam dizer palavrões, porque vivem da caridade alheia.

III – O texto tem como tema a questão dos direitos humanos e a violência dos policiais, desproporcional ao revide do bêbado.

Assinale a alternativa correta:

- a) apenas I e II estão corretas.
- b) apenas II e III estão corretas.
- c) apenas I e III estão corretas.
- d) I – II e III estão corretas.

03 - Assinale a alternativa correta que apresenta a palavra escrita corretamente:

- a) abacachi
- b) laranga
- c) ameicha
- d) nenhuma das alternativas anteriores

04 - Com referência à ortografia oficial e às regras de acentuação de palavras, assinale a alternativa incorreta:

- a) As palavras *romântico*, *pública* e *bêbado* são proparoxítonas.
- b) As paroxítonas como *boêmio*, *palácio* e *mágoa* são acentuadas porque terminam em ditongo.
- c) O vocábulo *resume* se escreve com S mas tem o som de Z, assim como *busina* e *deslise*.
- d) Os ditongos ou e oi podem ser utilizados indistintamente com em *dourado* – *doirado* // *louro* – *loiro*.

05 - Assinale a alternativa que apresenta a separação silábica correta:

- a) pro - fes - sor
- b) ca - rro
- c) abdo - mi - nal
- d) nenhuma das alternativas anteriores

06 - Analise as afirmativas quanto ao gênero e número dos substantivos e assinale a incorreta:

- a) De acordo com a norma culta, o plural no diminutivo dos substantivos sol e mar são sozinhos e marezinhos.
- b) Para formar o plural do substantivo chão acrescenta-se um S à forma singular assim como cidadão e cristão.
- c) O substantivo masculino homem tem como feminino mulher que são formados por radicais diferentes, assim como carneiro e frei.
- d) Os substantivos monarca e policia, classificam-se como uniformes sobrecomuns por apresentarem uma só forma para os dois gêneros.

07 - Um aplicador ganhou R\$ 210,00 de juros simples, no final de 7 meses, a taxa de 24% ao ano. Qual foi o capital aplicado?

- a) R\$ 1800,00
- b) R\$ 1650,00
- c) R\$ 1500,00
- d) nenhuma das alternativas anteriores

08 - Calcule a área de um triângulo equilátero cujo lado mede 6 cm.

- a) $A = 9\sqrt{3}cm^2$
- b) $A = 9cm^2$
- c) $A = 18cm^2$
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

09 - João comprou um produto à R\$ 100,00. Após 3 meses vendeu esse mesmo produto por R\$ 136,00. Qual a taxa de juro simples ao mês aplicado ao produto por João?

- a) 12%
- b) 22%
- c) 18%
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

10 - Transforme 10.000 Kg em gramas:

- a) 100.000.000 gramas
- b) 1,000 gramas
- c) 100.000 gramas
- d) Nenhuma das alternativas anteriores

11 - Em que ano foi fundada a Companhia de Terras do Norte do Paraná?

- a) 1.922.
- b) 1.923.
- c) 1.924.
- d) 1.925.

12 - Na planta original de Lovat (atualmente Mandaguari), para se identificar as ruas, foram utilizados nomes de:

- a) Letras do alfabeto e números.
- b) Pioneiros que colonizaram a região.
- c) Políticos paranaenses.
- d) Rios brasileiros e europeus.

13 - Qual dos cargos abaixo será preenchido através do “Voto Proporcional” nas próximas eleições?

- a) Deputado Federal.
- b) Governador de Estado.
- c) Presidente da República.
- d) Senador da República.

14 - Quantas vezes o povo brasileiro já votou para Presidente da República, depois do término da “Ditadura Militar” que foi implantada com o “Golpe de 1.964”?

- a) 4 (quatro) vezes.
- b) 5 (cinco) vezes.
- c) 6 (seis) vezes.
- d) 7 (sete) vezes.

15 - O art.2º, inciso IV, da lei 101/2000 define como receita corrente líquida:

- a) dedução das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes [...].
- b) somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes [...].
- c) somatório das despesas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes [...].
- d) dedução das despesas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes [...].

16 - Sobre a Lei Orçamentária Anual, o art. 5º, inciso III, da Lei 101/2000, determina que “O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar”, conterá:

- a) limite de contingência, cuja forma de utilização e montante, indefinido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias [...].
- b) limite de contingência, cuja forma de utilização e despesa, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias [...].

- c) reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias [...].
- d) reserva de contingência, cuja forma de utilização e despesa, indefinido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias [...].

17 - Na seção IV do capítulo II da lei 101/2000 estão dispostas determinações sobre a execução orçamentária e o cumprimento das metas, que no parágrafo único do art. 8º, determina:

- a) Os recursos ilegalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, menos em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- b) Os recursos não vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício adverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- c) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- d) Os recursos não vinculados legalmente a finalidade específica serão utilizados inclusive para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício adverso daquele em que ocorrer o ingresso.

18 - Segundo o § 1º e § 2º inciso II, do art. 43, da Lei 101/2000, é vedada a aplicação das disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, em:

- a) empréstimos, de natureza pública, aos segurados e ao Poder Privado, inclusive a suas empresas controladas.
- b) empréstimos, de natureza pública, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.
- c) empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Privado, inclusive a suas empresas controladas.
- d) empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

19 - Na lei Orgânica do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, o art.3º determina:

- a) Todo cidadão tem direito de requerer informações sobre os atos da administração municipal, sendo parte legítima para pleitear, perante os Poderes Públicos competentes, a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.
- b) Todo serventuário tem direito de requerer informações sobre os atos da administração privada, sendo parte legítima para pleitear, perante os Poderes Públicos competentes, a declaração de nulidade ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.
- c) Todo cidadão tem direito de requerer informações sobre os atos da administração municipal, sendo parte ilegítima para pleitear, perante os Poderes Privados competentes, a declaração de validação ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.
- d) Todo serventuário tem direito de requerer informações sobre os atos da administração privada, sendo parte ilegítima para pleitear, perante os Poderes Públicos competentes, a declaração de validação ou anulação de atos lesivos ao patrimônio público.

20 - Compete ao Município prover a tudo quanto respeita ao seu interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, em especial, segundo o art.12, inciso XI, da Lei Orgânica do Município de Mandaguari-PR:

- a) Indispor-se sobre o controle da poluição ambiental.
- b) Dispor sobre o controle da poluição ambiental.
- c) Indispor-se sobre a existência da poluição ambiental.
- d) Dispor sobre a existência da poluição ambiental.

21 - O art.169 da Lei Orgânica do Município de Mandaguari – PR define que “As ações na área social serão custeadas na forma do art. 195 da Constituição Federal e organizadas com base nos seguintes princípios:”

- a) coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Estado.
- b) participação do sindicato na formulação das políticas e no controle das ações.
- c) coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Município.
- d) participação do povo somente na votação das políticas e no controle das ações.

22 - A Lei Orgânica do Município de Mandaguari – PR, no seu art. 129 afirma que o Município deverá organizar sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de:

- a) aprovação do poder legislativo.
- b) aprovação do poder judiciário.
- c) planejamento permanente.
- d) planejamento periódico.

23 - Na redação oficial há três tipos de expedientes que se diferenciam antes pela finalidade que pela forma e que podem seguir uma diagramação única, chamada de padrão ofício. São eles:

- a) o ofício, o aviso e o memorando.
- b) o ofício, a carta e o edital.
- c) o aviso, o memorando e o edital.
- d) o aviso, a carta e o memorando.

24 - Na forma de diagramação do padrão ofício, é obrigatório:

- a) constar a partir da primeira página o número da página.
- b) constar a partir da segunda página o número da página.
- c) constar a partir da capa o número da página.
- d) constar a partir da folha de rosto o número da página.

25 - No padrão ofício a impressão dos textos deve ser feita na cor preta em papel branco. A impressão colorida deve ser usada apenas para:

- a) trechos importantes do texto.
- b) nomes ou órgãos que constem no texto.
- c) o título do documento e seu número.
- d) gráficos e ilustrações.

26 - Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é:

- a) que o aviso é expedido exclusivamente por Governo Federal, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- b) que o aviso é expedido exclusivamente por Prefeitos Municipais, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- c) que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.
- d) que o aviso é expedido exclusivamente por Deputados Estaduais, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades.

27 - Devem constar do cabeçalho ou do rodapé do ofício as seguintes informações do remetente:

- a) nome do órgão ou setor; endereço postal; e, telefone e endereço de correio eletrônico.
- b) nome da autoridade ou servidor remetente; endereço postal; e, endereço de correio eletrônico.
- c) nome do órgão ou setor destinatário; endereço postal; e, telefone e endereço de correio eletrônico.
- d) nome da autoridade destinatária; endereço postal; e, telefone e endereço de correio eletrônico.

28 - O memorando é a modalidade de comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação:

- a) Eminentemente externa.
- b) Eminentemente interna.
- c) Eminentemente oficial.
- d) Eminentemente extra-oficial.

29 - No memorando o destinatário deve ser mencionado:

- a) pelo nome e sobre nome.
- b) pelo departamento em que trabalha.
- c) pelo município que representa.
- d) pelo cargo que ocupa.

30 - O caput do art. 5º da Constituição Federal determina que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. E, no inciso XXXIV, alínea “a” especifica que:

- a) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) são, dos brasileiros, assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- c) são, dos brasileiro, privados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- d) são, dos estrangeiros, privados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.